



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA  
CURSO DE LETRAS**

**CÍNTHIA DOS SANTOS ANTUNES**

**ESTRATÉGIAS PARA ESTIMULAR A APRENDIZAGEM, A  
ORALIDADE E A INTERAÇÃO SOCIAL DE UM ALUNO COM  
CARACTERÍSTICAS DE AUTISMO**

**BAGÉ  
2015**

**CÍNTIA DOS SANTOS ANTUNES**

**ESTRATÉGIAS PARA ESTIMULAR A APRENDIZAGEM, A  
ORALIDADE E A INTERAÇÃO SOCIAL DE UM ALUNO COM  
CARACTERÍSTICAS DE AUTISMO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Letras- Português e Suas Respectivas Literaturas da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciada em Letras.

Orientador: Prof. Dra. Claudete da Silva Lima Martins

**BAGÉ  
2015**

**CÍNTIA DOS SANTOS ANTUNES**

**ESTRATÉGIAS PARA ESTIMULAR A APRENDIZAGEM, A  
ORALIDADE E A INTERAÇÃO SOCIAL DE UM ALUNO COM  
CARACTERÍSTICAS DE AUTISMO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Letras- Português e Suas Respectivas Literaturas da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciada em Letras.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 16 de dezembro de 2015.

Banca examinadora:

---

Prof. Dra. Claudete da Silva Lima Martins  
Orientadora  
UNIPAMPA

---

Prof. Dr. Alessandro Carvalho Bica  
UNIPAMPA

---

Prof. Dra. Gilnara da Costa Corrêa Oliveira  
UNIPAMPA

## **AGRADECIMENTO**

Tenho muito a agradecer, pois durante esta trajetória muitas pessoas tornaram-se indispensáveis em minha vida.

Primeiro quero agradecer a Deus por me mostrar o caminho e segurar minha mão quando tudo parecia difícil.

Muito e, sobretudo, agradeço a meus pais que pelo carinho, apoio incondicional e pela confiança. Serei grata sempre por meu pai, por minha mãe e por meus irmãos fazerem parte da minha vida.

Agradeço ao meu companheiro pela paciência e apoio nas madrugadas sem dormir e nas horas de desespero quando parecia que nenhum tempo seria suficiente.

À minha orientadora que suportou minha falta de tempo, me deu apoio e soube extrair de mim aquilo que muitas vezes pensei que não fosse capaz de conseguir.

Agradeço a todos os professores que contribuíram nesta jornada de aprendizagem e reflexão.

Aos colegas e queridos amigos, uns que ainda continuam trilhando o mesmo caminho e outros que já trilham, realmente agradeço aqueles que disponibilizaram uma parte do seu tempo para emprestar um pouco de seu conhecimento, ou apenas compartilhar um sorriso comigo.

À todos, meu sincero agradecimento.

“Se não puder voar, corra. Se não puder correr, ande. Se não puder andar, rasteje, mas continue em frente de qualquer jeito.”

—Martin Luther King Jr.

## RESUMO

A criança autista, de modo geral, apresenta dificuldade em relacionar-se com o meio e em desenvolver a linguagem e oralidade. É fundamental buscar meios que possam auxiliar seu desenvolvimento. Neste sentido faz-se necessário aprofundar e desenvolver estudos que proporcionem auxílio aos professores, para que estes desenvolvam práticas pedagógicas inclusivas, de maneira lúdica e promotora de aprendizagens. Para tanto, realizamos uma pesquisa qualitativa com o estudo de caso de um menino com características de autismo que frequenta a rede regular de ensino em uma escola pública de Ensino Fundamental de Dom Pedrito. Buscamos analisar as práticas pedagógicas desenvolvidas percebendo quais aspectos destas práticas favorecem a aprendizagem, o desenvolvimento da oralidade e interação do aluno com características de autismo. Os instrumentos utilizados para coleta dos dados foram um diário de classe com os apontamentos de situações e instrumentos utilizados no período dos três primeiros semestres do ano letivo com o aluno e também uma coleta de dados com professoras anteriores do aluno, que contribuíram relatando sua experiência. Tal estudo é de extrema importância, pois é necessário que a inclusão seja feita de maneira plena, respeitando as diferenças de cada ser humano e dentro disso, a escola tem papel fundamental como promotora de ações positivas. Concluímos, dessa forma, que é necessário buscar estratégias que auxiliem seu desenvolvimento e refletir a prática sempre que necessário, atentando-se as novas propostas que surgem como estímulo oral através de criação de personagens, descentralização do foco do aluno através de filmagens com produção escrita, revisão ortográfica conjunta entre outras práticas. Os resultados obtidos foram extremamente positivos, fazendo com que o aluno adquirisse confiança gradativamente e conseguindo se expressar com naturalidade, mesmo sendo este um processo ainda em construção.

**Palavras-chave:** Autismo. Linguagem. Inclusão escolar. Prática pedagógica.

## RESUMEN

El niño autista, en general, tienen dificultades para relacionarse con el medio ambiente y el desarrollo del lenguaje y la expresión oral. Es fundamental buscar formas que pueden ayudar a su desarrollo. En este sentido, es necesario profundizar y desarrollar los estudios que proporcionan ayuda a los profesores para que desarrollen prácticas pedagógicas, de una manera lúdica, y promotor del aprendizaje. Para ello, se realizó una investigación cualitativa con el estudio de caso de un niño con características de autismo que asiste sistema escolar regular en una escuela primaria de enseñanza básica de Dom Pedrito. Buscamos analizar las prácticas pedagógicas desarrolladas al darse cuenta de qué aspectos de estas prácticas fomentan el aprendizaje, el desarrollo de la expresión oral y la interacción de los estudiantes con características de autismo. Los instrumentos utilizados para la recolección de datos fueron un diario de clase con las notas de las situaciones y los instrumentos utilizados en los tres primeros semestres del año escolar con el estudiante y también una colección de datos con los maestros anteriores del estudiante, que contribuyó al reportaje de su experiencia. Este estudio es muy importante porque es necesario que la inclusión se realiza plenamente, respetando las diferencias de cada ser humano y dentro de éste, la escuela tiene un papel fundamental como promotor de acciones positivas. Se concluye, por lo tanto, es necesario encontrar estrategias que ayuden a su desarrollo y reflejan la práctica cuando sea necesario, prestar atención, las nuevas propuestas que se presentan como la estimulación oral a través de la creación del personaje, el foco del estudiante de la descentralización a través de material de archivo con la producción escrita Conjunto corrector ortográfico entre otras prácticas. Los resultados fueron muy positivos, causando que el estudiante adquiera confianza y la gestión gradual de expresarse de forma natural, a pesar de que este es un proceso en construcción.

**PALABRAS-CLAVE:** Autismo. Lenguaje. Inclusión Escolar. Práctica Docente.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	8
<b>2. MARCOS POLÍTICOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA</b> .....	10
<b>3. EDUCAÇÃO INCLUSIVA</b> .....	16
<b>4. AUTISMO</b> .....	19
<b>5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	23
<b>6. ANÁLISE DE DADOS COLETADOS</b> .....	25
6.1. Conhecendo o caso.....	25
6.2. Resgatando algumas práticas.....	26
6.3. Narrando práticas desenvolvidas.....	28
6.3.1. Recreio.....	29
6.3.2. Trabalhando com fantoches.....	29
6.3.3. Minha vida daqui a vinte anos .....	30
6.3.4. Ortografia .....	30
6.3.5. Avaliação.....	31
6.3.6. Leitura em sala .....	32
6.3.7. Socialização em sala.....	32
<b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	34
<b>8. REFERÊNCIAS</b> .....	36
<b>9. APÊNDICES</b> .....	39



## 1. INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso dedica-se ao estudo de caso de um aluno do quarto ano de uma escola pública de ensino fundamental da cidade de Dom Pedrito-RS, que apresenta características de autismo. Inicialmente será apresentada uma linha de progressão sobre as políticas públicas que contemplam as pessoas com deficiência e os marcos legais que asseguram seus direitos.

Faz-se necessário caracterizar o termo deficiência de maneira ampla e procurar discutir os avanços conquistados na área política e principalmente no que diz respeito ao acesso, permanência e condições do sistema regular de ensino.

Partindo da compreensão do termo inclusão e suas implicações, procuramos estabelecer uma linha norteadora, definindo paradigmas e proposições necessárias à plena vivência do ser humano com deficiência.

A proposta deste estudo envolve, em um primeiro momento, a conceituação do que é autismo, buscando, posteriormente, analisar e propor metodologias que auxiliem o professor a desenvolver a socialização em sala de aula promovendo a interação e a oralidade.

O autismo caracteriza-se pelo comprometimento em três áreas do desenvolvimento: habilidades de interação social recíproca, de comunicação, e presença de comportamentos, interesses e atividades estereotipadas. O ser humano é um ser social em essência e o seu desenvolvimento atrela-se à qualidade das interações sociais que ele experimenta.

Portanto, faz-se necessário estabelecer um estudo que transponha o debate além de uma perspectiva histórica dos direitos dos deficientes, da inclusão como um todo e principalmente na escola e do autismo mais especificamente.

Através de um estudo de caso de um aluno com características de autismo, buscou-se estabelecer uma relação entre desenvolvimento sócio-cognitivo e habilidades de interpretação e oralidade, investigando quais aspectos das práticas pedagógicas desenvolvidas com este aluno favorecem o desenvolvimento da linguagem e interação.

Propomos um estudo sobre os marcos e conquistas da inclusão das pessoas com deficiência percebendo inclusão de maneira global e na escola, visto que esta experiência é de extremo interesse pessoal, pois sou professora do aluno e as

práticas e anotações aqui colocadas foram relatadas e vivenciadas por mim e por ele durante o ano letivo.

O primeiro capítulo deste trabalho, intitulado **Marcos Políticos Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva** discorre sobre as leis sancionadas que garantem o direito à educação inclusiva.

No segundo capítulo, **Educação Inclusiva**, nos pautamos em especificar o conceito de educação inclusiva e como ela se aplica na prática docente.

No terceiro capítulo, **Autismo**, discorreremos sobre os conceitos de autismo e as características e dificuldades apresentadas pelas pessoas autistas.

No quarto capítulo, **Procedimentos Metodológicos**, apresentamos a metodologia empregada para a pesquisa que culminou no presente trabalho.

No quinto capítulo, **Análise dos Dados Coletados**, apresentamos os dados obtidos refletindo e analisando-os.

Por fim, encerramos o trabalho com as considerações finais.

## **2. MARCOS POLÍTICOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.**

Uma assembleia realizada em Salamanca, Espanha, em junho de 1994 reuniu delegados da Conferência mundial da Educação Especial que reafirmaram o compromisso para com a educação para todos, reconhecendo a urgência da necessidade de educação para crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino e reafirmam a Estrutura de Ação em Educação Especial.

A criança tem níveis de aprendizagem que são únicos e devem ser respeitados. Todas devem ter direito à educação e a manter o nível de ensino adequado que atingiu e mantê-lo.

A diversidade de tantas características e necessidades deve motivar a implantação de sistemas e programas educacionais que atinjam essas demandas.

As crianças com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades. As escolas que possuem suporte para tal necessidade constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias tornando-se acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando a proposta de educação para todos. Tais escolas, também devem assegurar uma educação efetiva para maioria das crianças e aprimorar a eficiência, preferivelmente com eficácia em todo seu sistema educacional.

Aos governos cabe a prioridade política e financeira para o aprimoramento de seus sistemas educacionais no sentido de tornarem-se aptos a incluir todos os alunos, independentemente de suas diferenças ou necessidades individuais. Devem ter como princípio de educação inclusiva em forma de lei ou de política, matriculando todas as crianças em escolas regulares, desde que não haja fortes razões para tal.

Os governos também devem desenvolver projetos de intervenção e encorajar intercâmbios em países que possuam experiências de educação inclusiva, assim como estabelecer mecanismos participativos e descentralizados para reflexão e planejamento adequados e avaliação das crianças com necessidades educacionais especiais.

É papel do governo encorajar e facilitar a participação de pais, comunidade e organização de pessoas com deficiência nos processos de planejamento e tomada

de decisão, investir em estratégias de identificação e intervenção precoces, e também naqueles que dedicam-se ao trabalho dentro da educação inclusiva, propondo formação de professores nas temáticas relacionadas à Educação Inclusiva.

A Declaração de Salamanca (BRASIL,1994) também propõe que a comunidade internacional (UNESCO, UNICEF, UNDP e o Banco Mundial) devem endossar a perspectiva de educação inclusiva e apoiar o desenvolvimento da educação especial como parte integrante de todos os programas educacionais, reforçar a cooperação técnica e de redes de trabalho dando um apoio mais eficaz a este fim. É necessário, também, que se mobilize o apoio de organizações dos profissionais de ensino em questões que dizem respeito ao aprimoramento da formação de professores no que diz respeito a necessidades educacionais especiais.

Sobre a estrutura de ação em Educação Especial, o objetivo da declaração é informar e guiar as ações governamentais sobre políticas, também às ações de organizações internacionais e nacionais de auxílio à educação inclusiva.

Qualquer pessoa com deficiência tem o direito de expressar seus desejos com relação à sua educação, os pais possuem o direito de serem consultados sobre a forma de educação mais apropriada para seus filhos e suas necessidades.

A Declaração confere que o termo *Necessidades educacionais especiais* refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades educacionais especiais originam-se em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem.

A estrutura desta Declaração compõe-se em um novo pensar em educação especial, orientações para ação em nível nacional e orientações para ações em níveis regionais e internacionais. Dentro disso, discutem-se questões como política e organização e fatores relativos à escola como treinamento de educadores, promover a integração e participação e combater a exclusão.

Em nível nacional, a legislação deveria reconhecer o princípio de igualdade de oportunidade para crianças, jovens e adultos com deficiências, propor medidas legislativas que complementam ações no campo da saúde, bem-estar social, treinamento vocacional e trabalho que promovam apoio e eficácia sobre a legislação educacional. Promover a desmarginalização de crianças portadoras de deficiência, levando em consideração as diferenças e situações individuais.

Os fatores relativos à escola preveem mudanças sobre todos os aspectos da escolarização que são necessárias para a adaptação de currículos, estrutura, organização escolar, proposta pedagógica, avaliação, pessoal, filosofia da escola e atividades extracurriculares.

O currículo deve ser adaptado para atender as necessidades das crianças e o ensino deve ser relacionado às experiências dos alunos e preocupações práticas para motivá-los. As avaliações devem ser revistas, a fim de avaliar o acompanhamento do progresso do aluno. Essa prática se mostra de grande importância, já que para o aluno é difícil aceitar a imposição de uma avaliação tradicional.

A administração da escola tem a responsabilidade de promover atitudes positivas através da comunidade escolar, buscando uma cooperação efetiva entre todos os indivíduos envolvidos neste processo e responsabilizar-se também pelo sucesso ou fracasso de cada aluno.

A pesquisa e demonstração de experiência e o desenvolvimento de centros de informação devem receber todo o apoio necessário para sua continuidade e também sua ampliação. Os professores acabam perdidos por não encontrarem aporte suficiente para seu trabalho, a troca de experiências auxilia os envolvidos no processo e pode nortear aqueles que estão tendo o primeiro contato com a educação inclusiva.

A formação dos profissionais e professores envolvidos nesta área é um fator fundamental para o sucesso da Educação Inclusiva. Com atenção ao processo de preparação para que exercitem com autonomia e apliquem suas habilidades na adaptação curricular e da prática no sentido de atender as necessidades especiais do aluno, neste sentido é necessário promover cursos na área, já que hoje em dia é crescente a demanda desses alunos e trazer até o docente a oportunidade de aproximar sua prática desse assunto é de extrema relevância.

A Educação Infantil deve colaborar para que a educação seja inclusiva fazendo a identificação precoce, avaliação e estimulação de crianças com necessidades educacionais especiais, Além disso, programas deveriam ser desenvolvidos para promover o desenvolvimento físico, intelectual e social deste aluno.

Os jovens com necessidades educacionais especiais devem ser auxiliados no processo de transição efetiva da escola para o trabalho. As escolas precisam

orientá-los no sentido de serem economicamente ativos e estimular as habilidades necessárias ao cotidiano, oferecendo treinamento em demandas sociais, de comunicação e que atendam suas expectativas.

A parceria com os pais deve proporcionar a base, para que esses pais assumam seu papel frente uma criança com necessidades especiais, informar sobre questões de comunicação e linguagem e ter a chance de poder escolher o tipo de educação que desejam para seus filhos, sendo encorajados a participar de atividades educacionais em casa e na escola, bem como na supervisão e apoio à aprendizagem. A família é ponto central dentro da vivência escolar em qualquer caso, neste principalmente este apoio confere segurança tanto ao aluno quanto ao professor, já que este pode contar com esse prolongamento do trabalho que começa na escola.

A comunidade deve envolver-se em atividades na escola, promover o auxílio na concretização de deveres de casa e compensar a falta de apoio familiar. O papel das associações de bairro, clubes de serviços e outras organizações é fundamental neste sentido, tanto dentro como fora a escola.

Os políticos devem regularmente reafirmar ou confirmar seu compromisso para com a inclusão e promover atitudes positivas entre alunos, profissionais e comunidade em geral, no que diz respeito aos que possuem necessidades educacionais especiais. É preciso fazer com que este tema ultrapasse livros e gabinetes e tome frente nas discussões sobre o ensino e seja prioridade em todas as esferas governamentais, tirando da escola o peso da maior parte da responsabilidade que hoje se atrela a ela. A formação de uma escola realmente inclusiva deve ser política fundamental dos governos, com atenção a forma como os recursos sejam viabilizados para este fim.

A assistência necessária deve ser direcionada para as áreas estratégicas de intervenção, a organização de parcerias com o fim de planejar atividades conjuntas sobre mecanismos de cooperação que facilitem a troca de intercâmbio de dados e a informação de resultados de programas piloto em educação especial entre países e regiões.

A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) já pretendia implementar, no país, a educação inclusiva. O artigo 208, III, de nossa Constituição prescreve que: “o dever do estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência na rede regular de ensino”.

(BRASIL, 1988, p.6). A grande vitória na área da educação será fazer funcionar com sucesso uma escola inclusiva.

A nova concepção de escola inclusiva é diferente da visão ultrapassada de exclusão, onde o ensino era especial e isolado. Por meio da matrícula em classes regulares de ensino se busca o acesso, e por meio da disponibilização no atendimento educacional especializado, entre outras práticas, se busca a permanência e êxito no ensino e, conseqüentemente na aprendizagem.

Em 2006, a ONU aprova a convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, conceituando a inclusão como resultado da interação entre as pessoas com deficiência e as barreiras, nas atitudes e nos ambientes que impedem a sua plena participação na sociedade em igualdade de oportunidade com as demais pessoas.  
(BRASIL, 2006, p.7)

Para garantir o pleno acesso e desenvolvimento, a Educação Especial é estruturada por meio de três eixos:

(...) constituição de um arcabouço político e legal fundamentado na concepção de educação inclusiva, institucionalização de uma política de funcionamento para a oferta de recursos e serviços para a eliminação das barreiras no processo da escolarização, e orientações específicas para o desenvolvimento das práticas pedagógicas inclusivas.(BRASIL, 2006, p.9)

Segundo Correia (1990), a educação pode definir-se como sendo um processo de aprendizagem e de mudança que se opera num aluno através do ensino e de quaisquer outras experiências a que ele é exposto nos ambientes onde interage. Os direitos humanos apontam que igualdade e diferença são valores dissociáveis e nisto baseia-se a educação inclusiva como percepção.

Historicamente a escola priorizou a escolarização como homogênea, privilégios de grupos (até por renda), isso afirmado política e socialmente. Apesar da mudança, muitas escolas ainda não são capazes de promover plenamente a inclusão, o fracasso ainda caracteriza parte das tentativas dentro dessa perspectiva. Tradicionalmente, a Educação inclusiva organizou-se como um modelo que substitui a educação comum, diferenciado e em instituições especializadas.

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do império, com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos,

em 1854, atual Instituto Benjamin Constant (IBC), e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos surdos (INES), ambos no Rio de Janeiro.

No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954, é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE); em 1945, é criado o primeiro Atendimento Educacional Especializado (AEE), especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi por Helena Antipoff.

Em 1961, A LDBEN 4024/61 passa a regularizar e a fundamentar o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência.

Em 1973, o MEC cria o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), responsável pela gerência da educação especial no Brasil.

Em 1994, é publicada a Política nacional da educação Especial, orientando o processo de integração institucional, que condiciona o acesso às classes comuns do ensino regular, mas não provoca uma reformulação das práticas educacionais.

A Atual LDB (artigo 59) preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender as suas necessidades. Assegura a possibilidade de avanço e oportunidades educacionais apropriadas, considerando os interesses do aluno.

Em 2004, o Ministério Público Federal publica o documento “O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular” (BRASIL, 2004, p.15), reafirmando e disseminando os conceitos e diretrizes mundiais para a inclusão.

Em 2005, com a implantação dos Núcleos de Atividades de Altas Habilidades/ Superdotação (NAAH/S) foram organizados centros de referências nos estados e no Distrito Federal, orientando além dos alunos com deficiência, as famílias e os professores.

Em 2007, é lançado o Plano de Desenvolvimento Educacional (PDE), tendo como eixos a formação dos professores para a Educação Especial, implantação da sala de recursos, acessibilidade nas escolas, acesso e permanência na educação superior e o monitoramento do acesso à escola.



### 3. EDUCAÇÃO INCLUSIVA.

A Lei de diretrizes e bases da educação em seu capítulo 5, artigo 58 (BRASIL, 1996, p.21), que trata da Educação Especial entende-a como uma modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. A LDB diz ainda que haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular para atenderas peculiaridades de cada aluno de educação especial.

No Brasil, tornou-se bastante popular, acentuadamente entre 1986 e 1996, o uso do termo portador de deficiência (e suas flexões no feminino e no plural). Pessoas com deficiência vêm ponderando que elas não portam deficiência; que a deficiência que elas têm não é como coisas que às vezes portamos e às vezes não portamos (por exemplo, um documento de identidade, um guarda-chuva). O termo preferido passou a ser pessoa com deficiência. Aprovados após debate mundial, os termos “pessoa com deficiência” e “pessoas com deficiência” são utilizados no texto da Convenção Internacional de Proteção e Promoção dos Direitos e da Dignidade das Pessoas com Deficiência, em fase final de elaboração pelo Comitê Especial da ONU. (SASSAKI, 2004, p.6)

O atendimento especializado será feito em classes, escolas ou serviços especializados sempre que não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

A partir da Educação Infantil, desde o nascimento, é dever do estado oferecer educação especial, atendendo as necessidades da criança. Os sistemas de ensino devem assegurar aos educandos com necessidades especiais um currículo adaptado que priorize métodos, técnicas e organização que atendam suas necessidades.

Muito vem sendo discutido acerca da educação inclusiva, para que ela ocorra de forma plena e satisfatória, tentando trazer à tona quais elementos envolvidos neste processo e de que maneira cada um possa desempenhar seu papel neste âmbito para que enfim se obtenha um resultado verdadeiramente eficiente. Dento desta discussão aparece centralmente à escola e o professor, de que forma esses agentes influenciam uma caminhada que passa pela família, pelo estado, setores da sociedade e também o próprio aluno.

Aprender a conhecer consiste em adquirir os instrumentos que se requer para a compreensão do que nos cerca. Para isto, deve-se

combinar o conhecimento de uma cultura suficientemente ampla, com algo mais objetivo, concreto referido a uma determinada matéria. Não se trata, portanto, de adquirir conhecimentos classificados e codificados, senão de ajudar a cada pessoa a aprender e compreender o mundo que a cerca, para viver com dignidade, desenvolver suas capacidades profissionais e comunicar-se com os demais. (SÁNCHEZ, 2005, p.10)

A escola tem um papel de mediação entre estado e professor. Essa função revela-se na busca por condições de atender da melhor maneira possível não só o aluno com deficiência, mas todos os alunos. Não há uma fórmula padrão para lidar com a inclusão, pois cada aluno é diferente e, portanto suas necessidades também são diferentes. Além das adaptações e materiais previstos por lei, a partir do conhecimento e da interação do professor com o aluno, a escola vai conhecendo suas necessidades de material e atendimentos que auxiliarão e muitas vezes possibilitarão sua inclusão na escola e na classe. Promover a mudança no projeto político pedagógico também é função da escola, visando atender a todos, em especial aqueles que necessitam de educação especial.

O professor é uma figura que protagoniza a maioria das ações que envolvem a educação inclusiva, é sua função acreditar que é seu dever auxiliar da melhor maneira possível o desenvolvimento cognitivo do aluno. Rever sua prática e refletir sobre maneiras de estender e adaptar seu trabalho para atender todos os alunos. O docente deve sempre estimular o aluno a interagir, acreditar em sua capacidade de desenvolver-se e extrair o que o educando pode oferecer de melhor. Um erro muito perigoso é colocar o aluno à margem da vida em sala de aula e acreditar que o fato de ele não atrapalhar o andamento da aula já é algo positivo e então acomodar-se.

O conceito de educação inclusiva só será verdadeiro quando cada pessoa envolvida neste processo participar de maneira efetiva e organizar-se entendendo que a educação é um direito garantido constitucionalmente a todos, independentemente de sua condição.

É necessário dizer que muito da educação inclusiva está no fato de sempre buscar o novo, jamais permitir-se desistir. Nestes casos a noção de tentativa e erro é muito real, é preciso estudar bastante, ouvir pessoas que obtiveram sucesso nessas interações e também observar as falhas cometidas. Nenhum aluno é igual, apresente ele alguma condição especial ou não, então não há um sistema pronto, uma fórmula correta ou errada. Mas, é preciso que o professor encare seu papel

fundamental neste processo que é promover a plena aprendizagem para todos os alunos, respeitando seus limites e estimulando suas habilidades.

A filosofia da inclusão defende uma educação eficaz para todos, sustentada em que as escolas, enquanto comunidades educativas devem satisfazer as necessidades de todos os alunos, sejam quais forem as suas características pessoais, psicológicas ou sociais (com independência de ter ou não deficiência). (SÁNCHEZ, 2005, p. 11)

Dessa forma, podemos compreender segundo Sanchez (2005) que o público-alvo da educação inclusiva não são apenas os alunos com necessidades especiais, mas todos os alunos de uma maneira geral. Ainda, sobre educação inclusiva, as discussões acerca dela aparecem, com maior ênfase, quando analisamos casos de alunos com necessidades especiais no que tange aos seus direitos. Contudo, como podemos observar, a inclusão surge, de acordo com Sánchez (2005, p. 11), “como uma tentativa a mais de atender as dificuldades de aprendizagem de qualquer aluno”.

Em síntese, poder-se-ia dizer que o termo inclusão surge, a princípio, como uma alternativa à integração; como uma tentativa de eliminar situações de desintegração e exclusão em que se encontravam muitos alunos nas escolas, sob o enfoque da integração. (SÁNCHEZ, 2005, p. 17)

Podemos observar que a educação inclusiva surge da necessidade de discussão e reflexão acerca da educação de uma forma geral. A educação inclusiva se destina a assegurar a educação de qualidade e de forma igualitária entre todos os envolvidos, garantindo aos estudantes, uma reflexão sobre as necessidades e dificuldades que apresentem. Em resumo, ela permite que alunos com dificuldades de aprendizagem não sejam tratados de forma diferente e/ou excludente, mas de forma igualitária, respeitando seus limites e buscando alternativas viáveis ao processo de ensino-aprendizagem.

#### 4. AUTISMO.

O autismo caracteriza-se pelo comprometimento em três áreas do desenvolvimento: habilidades de interação social recíproca, de comunicação, e presença de comportamentos, interesses e atividades estereotipados.

É muito comum não acreditar no desenvolvimento e acreditar na incapacidade de comunicação e interação do autista, tal fato pode levar a intensificação dos problemas e desordens do espectro do autismo. O ambiente em que se desenvolve a criança autista é de extrema importância, pois o ser humano é um ser social e as interações que acaba vivenciando são muito importantes para seu desenvolvimento.

A competência social abrange várias áreas da aprendizagem, do comportamento e das emoções e é entendida como a capacidade de utilizar os recursos humanos e do ambiente para relacionar-se, dentro do nível e do contexto de cada criança. É muito importante para a criança com autismo conviver com outras crianças de sua idade, pois isso estimula sua capacidade de interação e o desenvolvimento, de sua competência social. Deve-se evitar o isolamento e mostrar as crianças com deficiência que é possível interação e inclusão.

Os alunos não podem considerar-se incluídos até que não adquiram as atitudes necessárias para participar na sociedade e no emprego e/ou até que as diferenças entre suas atitudes e as de seus iguais seja considerável. (DYSON 2001, p.157).

Frequentando a escola regular, a criança autista experimenta várias formas de interação e contato social e isso favorece tanto o seu desenvolvimento quanto o das outras crianças que acabam conhecendo novos métodos de interação lidando com as diferenças. Esta é a proposta da inclusão, que todos tenham um papel neste cenário, não importando seu desenvolvimento cognitivo, posição social, deficiência ou origem.

Sobre as características da criança autista, José e Coelho(2010, p.12) relacionam abaixo:

Solidão em grau extremo e evidente na mais tenra idade;  
Fascinação por objetos (aspiradores de pó, enceradeira, liquidificador), em contraste com o desinteresse por pessoas;

Ausência de sorriso social; parece não reconhecer os membros de sua família e não se empenha em atividades lúdicas sociais;  
 Não desenvolve linguagem apropriada, repete frases (anúncios de TV);  
 Preocupação e afeição com certo número de objetos inanimados;  
 Arruma seus brinquedos sempre da mesma forma e, mesmo que fique sem vê-los durante um tempo, lembra-se da sua posição;  
 Não liga para barulhos à sua volta;  
 Demonstra pouca sensibilidade sensorial, falta de consciência de sua identidade e agressão autodirigida;  
 Possui excelente memória: decora facilmente poesias, canções, aprende sempre palavras novas;  
 Permanece muda ou fala, mas não usa a linguagem como meio de comunicação;  
 É inteligente e bonita de aparência;  
 Não mantém contato visual com as pessoas;  
 Demonstra ansiedade frequente, aguda, excessiva e aparentemente ilógica;  
 Possui hiperatividade e movimentos repetitivos, com entorpecimento nos movimentos que requerem habilidades;  
 É retraída, apática e desinteressada, numa total indiferença ao ambiente que a rodeia;  
 Demonstra incapacidade para julgar.

Dentro da sala de aula é necessário também que se respeitem os períodos de isolamento dos alunos com autismo, isso é necessário para que ele se reestabeleça da sobrecarga que sofre dentro da aula, que é um ambiente pequeno com muitos estímulos e interação social com a proximidade das crianças ao realizarem essas atividades.

É fundamental que se conheça as particularidades de cada indivíduo e seu nível de evolução para saber quais estratégias e ações podem ajudá-los a potencializar com auxílio pedagógico suas habilidades, facilitando a garantia da inclusão plena da criança.

Para Albano (1990), a criança depende de quatro condições básicas e imprescindíveis para o desenvolvimento da linguagem. A primeira seria a presença de um interesse subjetivo na criança, isto é, uma disposição de brincar. Crianças embrutecidas ou emocionalmente desorganizadas não aprendem a falar. A segunda seria a existência de, pelo menos, um sistema sensorio-motor íntegro (audiovisual ou visomanual). A terceira seria a inserção em um meio onde a

linguagem faça parte de rotinas significativas. Crianças negligenciadas ou severamente institucionalizadas não aprendem a falar. A quarta e última seria a presença de uma língua minimamente autorreferenciada que contenha alguns mecanismos gramaticais, sinalizando a própria organização para que a descoberta da sua estrutura possa se proceder eficientemente, seguindo uma direção mais ou menos determinada. Nessa direção, tomando para discussão a criança com autismo, ela não teria a primeira condição: interesse subjetivo em interagir com o outro. (DE BASTOS ET AL., 2009, p.322)

Conforme mencionado por DE BASTOS (2009), crianças com autismo tem dificuldade de formular e pronunciar frases coerentes a muitas vezes mostram um atraso do desenvolvimento da linguagem. Sua fala não se compreende bem e apresenta erros sintáticos e estruturais na fala. Observam-se alterações no discurso e adaptações de palavras e repetições que tornam o discurso imaturo. A parte sintática é a mais prejudicada e sua pronúncia dificulta a compreensão do ouvinte já que não apresenta coesão e se assemelha a uma fala mecânica. Para a criança autista é muito comum referir-se a si mesmo na terceira pessoa, talvez porque a noção de singularidade pessoal demore a ser formulada. A criança também tem dificuldade de estabelecer uma conversa onde tenha que fornecer informações de maneira coerente e manter um fluxo de fala e interesse, por isso se nota alguma dificuldade em responder perguntas e entender piadas.

Outro problema comum apresentado pela criança autista é o espelhamento da fala do outro, ou seja, a repetição da fala de um adulto ou outra criança. A fala acaba se caracterizando pela repetição de apenas algumas palavras ditas pelo outro. A ecolalia, que consiste em falar para si mesmo, é algo muito corriqueiro para a criança autista, já que além da dificuldade de interação com o outro também propicia o isolamento comum a esses indivíduos. Por isso a importância de serem realizados estudos científicos que investiguem o desenvolvimento das linguagens de alunos autistas.

De acordo com Silva (2011) o termo autista aparece pela primeira vez na literatura psiquiátrica introduzido por Plouller, mas é o austríaco Bleuler, que conceitua esquizofrenia, que difunde o termo como a perda de contato com o real. Contudo, o autismo, como conhecemos hoje, surgiu apenas em 1943 com os estudos de Leo Kanner. Um ano após, 1944, Hans Asperger, também publica um estudo com crianças que apresentavam algumas características semelhantes às

descritas por Kanner. Contudo, autismo e Síndrome de Asperger são quadros clínicos diferentes. Porém, aceita-se o termo espectro autista para definir a síndrome.

A distinção entre autismo e Síndrome de Asperger não é universalmente aceita. O quadro de autismo e Síndrome de Asperger tem similaridades nos quesitos de diagnóstico, diferenciando apenas nos seguintes fatores: na Síndrome de Asperger a memória é privilegiada e os aspectos cognitivos e da linguagem não apresentam atraso. (SECUNHO, 2005, p. 93 apud. SILVA, 2011, p. 22).

Sobre o tratamento e acompanhamento para as crianças com característica autismo os mais indicados são os trabalhos de linguagem e socialização que ocorrem, especialmente, em sala de aula. Mesquita e Pegararo (2013, p.327) indicam que “Basicamente, os tratamentos têm como alvos principais as habilidades de interação social e linguagem, a fim de torná-las quão funcional quanto possível.”

A inclusão escolar dos alunos com autismo é uma boa forma para proporcionar contatos sociais e favorecer o seu desenvolvimento e também o de outras crianças, no sentido em que se aprende com a troca de experiências. A proposta de inclusão requer o envolvimento de todos na escola regular, independente de sua função, deficiência, origem social ou econômica e cultural e supõe a adaptação da escola a suas necessidades e não o contrário.

## 5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Essa pesquisa parte de um estudo de caso, mas pode ser considerada uma pesquisa pelo fato de trazer uma autoanálise de minhas práticas com um aluno com características de autismo que estuda no quarto ano, da rede regular de ensino, de uma escola municipal de Dom Pedrito.

A coleta de dados ocorreu pela observação do aluno em sala de aula, principalmente nos seguintes aspectos levados em consideração para a elaboração deste trabalho como: planejamento, organização da sala, recursos didáticos utilizados, metodologia e avaliação. No período de investigação foram realizadas: a) entrevista com professores envolvidos com o aluno b) diário de observação do aluno.

O diário de observação apresenta todas as experiências e técnicas utilizadas ao longo do ano letivo de 2015 e selecionadas a partir da importância dos resultados obtidos e de sua ligação com o tema proposto nesta investigação.

Neste trabalho, chamamos o aluno que serviu como base deste estudo pelo pseudônimo de Pedro. Pedro tem nove anos e está matriculado no quarto ano da rede pública de ensino regular de Dom Pedrito, conforme mencionado anteriormente.

Ele apresenta condições satisfatórias de aprendizagem, porém sua fala apresenta algum comprometimento. Em situações de oralidade, demonstra dificuldade de expressar-se. Outro ponto em que apresenta dificuldade é na interação em sala de aula e convívio com os colegas, envolvendo-se em vários conflitos motivados por sua dificuldade em manter relações e a constante busca por manter seu espaço.

As professoras entrevistadas foram escolhidas por terem tido contato com Pedro em anos anteriores. Chamaremos a professora do primeiro ano de professora A, a professora do segundo ano de professora B e a professora do terceiro ano de professora C.

Neste trabalho, seguimos a proposta de Carvalho (2008, p. 130), que diz:

O estudo de caso, como metodologia de pesquisa em educação, é uma proposta importante e adequada para examinarmos criticamente o estado de arte de aspectos da inclusão escolar, na medida em que



permite retratar uma determinada realidade, contextualizando-a. O pesquisador pode descobrir, ao longo do processo, novos aspectos que enriqueçam o aporte teórico adotado, contribuindo para a (re)construção do conhecimento e para que os leitores do relatório possam fazer suas inferências [...].

Baseamos este trabalho na abordagem discursiva (Santana, 2001) que parte de uma concepção histórico-social (Vygotsky, 1998) para analisar um estudo de caso. A partir desta concepção, a análise do material coletado será feita a partir de aspectos da interação estabelecida entre os interlocutores. Sendo assim, a visão desta concepção de linguagem mostra que a língua resulta de um esforço coletivo e histórico, de uma experiência que tanto se reproduz como se perpetua. Assumindo uma concepção do discurso, assume-se que a linguagem necessita de significação, e a construção conjunta da significação dependerá de complexas relações que são colocadas na mediação entre os interlocutores e a língua, a partir de determinadas situações de discurso. De modo que essa concepção procura estudar a heterogeneidade da linguagem, analisando as diferentes interações a partir dos processos histórico e culturais de cada sujeito, de acordo com Coudry (1996), que escreve em *o Diário de Narciso* aspectos relevantes a este trabalho que também parte da utilização de um diário de observações.

## 6. ANÁLISES DE DADOS COLETADOS

Com base nos dados coletados em entrevistas e também em observação de práticas realizadas com o aluno, discutiremos estratégias que foram utilizadas em sala para promover a oralidade e a interação social.

### 6.1. Conhecendo o caso

Pedro é um aluno do quarto ano que apresenta várias características de autismo, porém não possui diagnóstico. Sua família não aceita olhar o caso por este ângulo e os problemas que poderiam ser evitados acabam se desenvolvendo. O aluno mora com a mãe e os avós e não convive com o pai, sua mãe é professora e rejeita a ideia de qualquer problema que o aluno possa ter. Ele representa ser treinado para falar e se expressar, para que não se note nele quaisquer problemas. Sempre cita a mãe como desculpa para qualquer mudança de comportamento, como se ela precisasse ser consultada por ele em qualquer ocasião.

A aprendizagem do aluno é satisfatória, apresentando dificuldade em algumas atividades que exijam abstração e para tal desenvolve métodos próprios para resolvê-las.

É detalhista e perfeccionista para escrever, e apesar de sua caligrafia ser grande e um pouco disforme, o aluno toma cuidado em manter o tamanho e o alinhamento, distrai-se com muita facilidade e este aspecto é bastante preocupante, pois muitas vezes não acompanha os colegas no momento de copiar e resolver questões.

Apresenta dificuldade em relacionar-se, uma das características do autismo, e quando o faz é com poucas pessoas. Ele é muito dependente do auxílio da professora e da mãe, mas rejeita qualquer auxílio por parte dos colegas. Demonstra comportamento agressivo em situações que não dependam de seu controle e quando contrariado tem dificuldade em aceitar outras opiniões.

A oralidade do aluno apresenta certo comprometimento e ele acaba tendo medo de expressar-se em sala, neste sentido recebe auxílio de uma fonoaudióloga, mas, podemos notar que Pedro se expressa com facilidade por escrito.

Como citado anteriormente, o aluno apresenta traços de autismo descritos por José e Coelho(2010), pois ele demonstra grande afeto por alguns objetos

inanimados, como personagens. Tem excelente memória, sabendo inclusive nomes científicos de animais que o interessam e pode descrevê-los detalhadamente, é muito ansioso e demonstra agitação em situações sociais, é perfeccionista com a organização de seus objetos e tem dificuldade em sustentar o olhar para alguém.

## 6.2. Resgatando algumas práticas

A pesquisa buscou questões sobre processo de avaliação, socialização, oralidade e estratégias pedagógicas utilizadas com Pedro no sentido de contribuir com a sua aprendizagem.

No que diz respeito ao processo de alfabetização, o relato das entrevistas aponta que o aluno encontrou muita dificuldade na aprendizagem do sistema de leitura e escrita, pois a comunicação e a interação eram bastante reduzidas e este é um processo que ocorre lentamente. Era difícil para ele aceitar novas atividades e novos conteúdos. A professora A aponta que “[...]o aluno encontrou muita dificuldade na aprendizagem do sistema de leitura e escrita, pois a interação e a comunicação eram bem reduzidas[...]”.

Podemos perceber que a socialização do aluno apresentou um começo difícil e até mesmo agressivo, mas com os constantes trabalhos em grupo para aumentar o convívio e auxiliar o trabalho do professor, as regras de convivência e a colaboração dos colegas, o aluno foi adquirindo confiança e adaptando-se a rotina, como dito pela professora B:

*Com o passar do tempo ele conseguiu se enturmar com os colegas que sempre estiveram dispostos a ajudá-lo na realização das tarefas. Ele era agressivo, saía da aula sem permissão e conforme foi adquirindo confiança no grupo, passou a seguir as regras de convívio convencionada pela turma. (ENTREVISTA, PROFESSORA B)*

Quanto ao processo de oralidade de Pedro, percebe-se que inicialmente era bem comprometido, usando geralmente gestos. Gradualmente, foi usando frases curtas ou palavras isoladas para comunicar-se, porém foi muito provocado a desenvolver a oralidade por suas professoras, especialmente no primeiro e segundo ano. O trabalho em conjunto com a orientação e as interpretações orais colaboraram para o avanço deste processo. Este auxílio foi fundamental para a professora C:

*Foi muito complicado porque eles precisavam ler muito para a turma e fazíamos interpretação oral. Acabei tentando fazer trabalhos individuais onde ele lia para mim, com minha ajuda ou com a orientadora. (ENTREVISTA, PROFESSORA C)*

As estratégias utilizadas para superar essas dificuldades foram muito variadas, em situações cotidianas ou contando pequenas histórias para a turma a partir de gravuras ou de filmes apresentados, cantando músicas, utilizando jogos e brincadeiras de adivinhas. Sendo motivado a ler suas produções, mesmo que pequenas, para toda a classe ou para pequenos grupos. A professora B aponta uma estratégia simples, mas de muita eficácia:

*O aluno era bem tímido e a oralidade estava começando a aflorar, porém ele só emitia frases curtas ou palavras isoladas na comunicação. Ele era provocado a desenvolver essa habilidade através de relatos de situações cotidianas, ou a contar, a sua maneira, história a partir de gravuras o de filmes apresentados a turma. (ENTREVISTA, PROFESSORA B)*

As professoras, de modo geral, apontam o processo de comunicação do aluno ao longo do período letivo como longo, porém positivo. O aluno evoluiu consideravelmente, consegue se comunicar sempre que necessário e a socialização ocorre naturalmente.

Sobre o fato de que, atualmente, conhecemos outros métodos ou instrumentos que poderiam ter auxiliado no desenvolvimento da oralidade do aluno, a maioria acredita ter usado todas as técnicas disponíveis, mas apontam que hoje há um acesso maior a utilização de ferramentas interativas como jogos e atividades disponíveis na *web*. Todas relatam não medir esforços para auxiliar o aluno em seu processo de aprendizagem, como dito pela professora B:

*Todas as técnicas conhecidas por mim foram empregadas, algumas com mais êxito que outras, a exemplo da audição de histórias do cotidiano do aluno frente a exploração da oralidade através da música. A primeira forma de trabalho apresentou mais resultados positivos que a segunda. (ENTREVISTA, PROFESSORA B)*

Percebeu-se em todos os relatos, a acolhida muito satisfatória da turma em relação ao aluno, sua abordagem foi tranquila e costumavam ser um ótimo suporte,

apoiando e auxiliando nas suas dificuldades. Demonstrando uma postura de respeito e igualdade. Este aspecto foi bem ressaltado pela professora A, que diz que:

*A turma conviveu tranquilamente com o aluno, sabendo conduzir este processo, os colegas são um ótimo suporte nos auxiliando e apoiando. Cada caso é único, não se pode generalizar, envolve vários fatores, principalmente a família. (ENTREVISTA, PROFESSORA A)*

### **6.3. Narrando práticas desenvolvidas**

Aqui discutiremos sobre os apontamentos de algumas práticas vivenciadas e introduzidas em sala com a finalidade de auxiliar o aluno a superar as dificuldades com oralidade e interação, já que segundo Mesquita e Pegoraro (2013) esse é o tratamento mais eficaz para os alunos com característica de autismo. Essas práticas foram coletadas em um diário e selecionadas por sua relevância dentro deste trabalho.

Buscamos relatar, ao longo do ano letivo, as experiências vividas em sala de aula com o aluno. Suas dificuldades e frustrações, suas conquistas e avanços e também práticas que auxiliaram-no ao longo do processo.

Faz parte da rotina de todo professor repensar sua prática em todo momento, Segundo Silva Cunha (apud CARMAGOS JR. 2005, p.122):

[...] os educadores lidam com os comportamentos de superfície e tem que enfrentar as emergências que ocorrem no cotidiano da criança perturbada

[...]Esta não é uma tarefa fácil porque exige muito preparo e equilíbrio psicológico, as intervenções planejadas podem constituir-se num instrumento terapêutico levando este aluno a melhorar sua qualidade de vida.

Dessa forma, compreendemos que a reflexão é válida e se faz necessária, pois temos que repensar, diariamente, nossas abordagens e as metodologias por nós adotadas.

### 6.3.1- Recreio

Um momento complicado para o aluno é a hora do recreio. Sem a presença da figura do professor, ele sentia-se deslocado, a partir disso começaram a serem propostas atividades de recreação durante o recreio tais como pular corda, jogos de mesa e outros jogos. Para Pedro é muito comum encarar literalmente os fatos, já que é difícil a abstração de conceitos e por isso não entende brincadeiras que são comuns entre as crianças, como brincadeiras de pegar, e o diálogo é muito importante neste momento. Na hora do recreio a brincadeira costumava ser livre e cada aluno costumava fazer o que gostava e isso contribuía para o aluno sentir-se perdido, já que ele não se relacionava muito e sentia necessidade de ter uma rotina. Para tal, através de monitoras de um programa educacional, foram organizados circuitos com jogos de tabuleiros, brincadeiras de corda, jogos em equipes e brincadeiras de roda. Isso fez com que o aluno mostrasse envolvimento naquelas atividades que tinha mais afinidade e também colaborou para socialização, pois alguns jogos precisam de mais de um participante.

### 6.3.2- Trabalhando com fantoches

Pedro tem uma fixação por um personagem da ficção que é o *Godzilla*, ele viu os filmes, lê gibis e sabe todas características sobre ele, prefere ainda ser chamado pelo seu nome, frequentemente conta sobre cenas e episódios que ele prefere. Para aproveitar sua curiosidade, e como forma de estimular sua oralidade, foi proposta uma atividade onde a turma utilizou caixas de leite, papéis coloridos, lã e figuras de revistas para confeccionar um fantoche que daria vida a um personagem de sua preferência.

A segunda etapa do projeto visava a escrita da trajetória, que deveria ser heroica, do fantoche. Após a criação de um cenário e de ensaios prévios, os alunos apresentaram seu trabalho para uma escola de Educação Infantil. O resultado foi extremamente satisfatório e como o aluno acreditou que somente daria vida ao fantoche e estaria protegido pelo cenário, acabou apresentando-se e gostou muito da atividade.

Este recurso acabou sendo utilizado outras vezes para auxiliar seu desenvolvimento e de toda turma porque gerou muita descontração, Pedro

comunicou-se bastante com os colegas pedindo e dando opiniões sobre o processo de confecção dos fantoches, mesmo não sendo exigida essa interação. Trabalhos como estes são uma ótima forma de desenvolver habilidades diversas além da oralidade, como a criatividade, a socialização e várias outras habilidades.

### **6.3.3. Minha vida daqui a vinte anos**

Como forma de auxiliar a comunicação oral do aluno com o grande grupo, foi criada uma produção de texto onde cada um criou uma história contando como seria sua vida daqui a vinte anos. Depois da revisão e com auxílio de uma monitora, foram feitos vídeos dos alunos contando sua produção e alguns fizeram sua própria filmagem e levaram pronta de casa. No caso de Pedro e de alguns outros colegas, o vídeo foi gravado por mim, que sou professora da turma enquanto os demais alunos ficaram com a monitora, vários vídeos foram feitos assim, ele ficou um pouco nervoso, mas olhou para a câmera quase todo o tempo. A turma foi reunida para assistir como sessão de cinema e fazer comentários. O aluno ficou satisfeito com essa proposta e sentiu-se integrado, pois todos foram apresentados da mesma forma.

Este tipo de proposta retira do aluno a responsabilidade de preocupar-se em encarar a turma, contribui para sentir-se mais à vontade e focar na proposta em vez de pensar em seus medos. Outras produções e gêneros podem valer-se da mesma proposta.

### **6.3.4. Ortografia**

Como Pedro apresenta algum comprometimento na fala, sua escrita acaba expondo alguns desses problemas, assim como alguns de seus colegas. Para tal, foi proposta uma revisão ortográfica diferente com a turma, pois foi pedido que escrevessem várias palavras com dificuldades específicas, como os dígrafos. Depois, sem fazer nenhuma correção, foi pedido que um aluno escrevesse no quadro a palavra como acreditava estar correta, então cada aluno que tivesse uma maneira diferente de escrita da mesma palavra poderia escrevê-la também.

Pedro foi ao quadro por duas vezes. A primeira vez, chamado por mim, para escrever a palavra *precisão*, como acreditava que era e ele o fez tranquilamente. Na

segunda vez ele mesmo ofereceu-se para dar uma versão da palavra *hipocrisia* e assim como os outros ele não tinha certeza da escrita correta, mas não se intimidou.

A turma animou-se e geraram-se muitos comentários sobre as palavras. O Pedro animou-se a escrever por duas vezes sua opção. No momento da correção percebeu-se variadas formas de escrita para cada palavra e discutiu-se a forma correta para cada uma. O Pedro e sua turma perceberam que compartilhavam das mesmas dúvidas. Não houve nenhum comentário negativo ou jocoso e este foi um momento muito produtivo para a classe.

Essa prática simples foi de grande valia, pois mantém a turma entretida em um leve tom de competição e proporciona a exposição dos erros para discussão da turma e mostra, ao mesmo tempo, que esses erros são comuns em toda turma e juntos é mais fácil superá-los.

### **6.3.5. Avaliação**

As avaliações sempre foram assunto complicado para Pedro, pois ele não consegue lidar bem com as frustrações. A relação que estabeleceu de levar o que lhe dizem ao extremo acaba prejudicando seu desenvolvimento, já que ele não consegue dosar suas expectativas. Ele acredita que para sair-se bem nas avaliações é preciso que não erre nenhuma questão, mesmo que ele não saiba e isso o deixa muito nervoso. Um aspecto característico de Pedro é demorar um pouco mais que os demais colegas para realizar as atividades, esse aspecto é acentuado em avaliações porque ele não avança uma questão até resolvê-la e usa um grande tempo nisso. Contudo ele não precisa pedir mais tempo porque sempre é dado o tempo que ele necessita, mesmo que dure toda a aula. Em um episódio, que ele realmente não estudou (isso dito pela própria mãe) porque não achou necessário, quando percebeu que não conseguiria fazer a avaliação ele começou a chorar e pedir que chamassem a mãe, que ele trocava de escola, que era um péssimo aluno e ficou histérico. Foi preciso levá-lo para fora da sala e conversar com ele explicando que ele teria chances de repetir o trabalho, a mãe acabou vindo à escola para conversar com ele. Depois ele conseguiu se acalmar e voltar para sala.

É preciso constantemente lembrar Pedro que a avaliação escrita é somente uma parte de vários critérios onde seu rendimento é satisfatório e que mesmo assim ele terá oportunidade de refazer a avaliação. Uma forma de demonstrar essa



avaliação contínua é procurar escrever incentivos em seu caderno e nos seus trabalhos porque a visualização é muito importante para o aluno. Ele se orgulha muito de ler que é ótimo e que está no caminho certo, ele pula de alegria e sempre pede que seja escrito algo porque a mãe fica orgulhosa. Atividades curtas e que envolvam desenhos, como cruzadas e labirintos chamam atenção do aluno e são usadas com frequência.

### **6.3.6. Leitura em sala de aula**

Nos momentos onde é necessário praticar a leitura em sala, Pedro acabava recusando-se a participar, então esses momentos acabaram sendo previamente combinados e, pelo menos, dois colegas liam junto com ele para dar segurança ao aluno.

Demonstrar sua opinião para a turma sempre foi complicado para Pedro, sentia-se inseguro quando era sua hora de responder oralmente, embora ele expresse muito bem por escrito. Então foi proposto que o quadro fosse dividido em várias partes e os alunos escrevessem suas opiniões em cada uma dessas partes, dentre eles estava o Pedro. Posteriormente, a turma leu todas as opiniões e só então os alunos leram cada um a sua resposta. O resultado foi muito satisfatório e em nenhum momento houve negação por parte do Pedro em participar. Ele escreveu sua opinião no quadro, mas leu de sua classe, com bastante clareza.

Este é um problema mais comum do que se imagina porque vários alunos são tímidos e preferem se expor somente quando é realmente necessário, então essa prática pode ser utilizada em diversos contextos de sala de aula diferentes.

Atualmente, Pedro consegue ler suas produções para os colegas com facilidade, não olha para a turma, mas se posiciona em frente a todos. Ele tem segurança, pois é muito criativo e vários colegas o elogiam e incentivam-no.

### **6.3.7. Socialização em sala**

O primeiro apontamento visto no diário de campo traz a necessidade do aluno de sentar-se ao lado da professora, este comportamento pode demonstrar uma dependência da figura de quem auxilia e também demonstra que lhe falta confiança. No decorrer do ano, gradualmente, esse tempo ao lado da professora foi sendo

negociado e conseguiu-se que o menino só solicitasse este recurso quando realmente fosse necessária uma explicação mais pessoal. Ele aceitou a mudança, mas quando não sente-se seguro ainda procura esse meio.

Frequentemente o aluno envolve-se em conflitos, isso é muito comum quando lhe é exigido trabalhar em grupo e adaptar-se a regras diferentes que são necessárias neste contexto, como atribuir tarefas aos integrantes ou definir participantes para teatralizar um texto porque ele quer ter decisão única sobre as ideias. Em uma ocasião ele queria interpretar um personagem que não existia na história, um caçador de ETs, e para conseguir sua participação os colegas aceitaram que ele interpretasse um avô que havia sido caçador de ETs.

A turma demonstra-se compreensiva, mas é preciso mediar uma negociação e atender aos dois lados. No início do ano era mais difícil conseguir progresso com o aluno, porém ele tem se mostrado mais aberto a novos desafios, preferindo trabalhar com determinados alunos. Para situações mais difíceis de resolver, coloca-se ele como auxiliar e mediador em alguns trabalhos para não forçar sua personalidade e evitar uma negação permanente de participar dos grupos.

Este traço de sua personalidade foi citado anteriormente por José e Coelho (2010), que afirmam que a interação é um fator difícil para o aluno e este processo estará em constante desenvolvimento. Como foi pontuado nas entrevistas, a turma tem papel fundamental em todo esse processo e torna-se uma excelente ferramenta de trabalho quando usada corretamente pelo professor.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A acomodação dentro da prática nunca é bem-vinda e a tendência a culpar terceiros pela situação que ocorre em sala é algo nocivo. É preciso usar as singularidades de cada em favor do todo e procurar o amadurecimento individual do aluno em benefício do grupo, pois não existe aluno que não apresenta dificuldades e também não há aquele que não demonstra crescimento.

É importante conhecer os direitos das pessoas com deficiência e saber o papel de cada indivíduo envolvido neste processo, pois o governo deve assegurar políticas que promovam a inclusão, a escola deve adaptar-se estruturalmente e pedagogicamente. Cabe aos professores investirem na formação e capacitação e exigir que esses sejam oferecidos, os pais têm papel fundamental sobre as escolhas educacionais de seus filhos e devem participar integralmente deste processo. A comunidade e entidades de serviços devem assegurar sua participação neste processo.

A inclusão de alunos com autismo deve começar pelo respeito às características de cada um, e sendo a oralidade um aspecto tão importante neste caso, é fundamental discutir e aplicar estratégias que promovam seu crescimento. Assim como ouvir a experiência de outros profissionais envolvidos na mesma situação.

Para isso, utilizamos a abordagem discursiva (SANTANA, 2001) que parte de uma análise do comportamento em sala partindo de uma concepção histórico-social (Vygotsky, 1998) para recolher informações sobre o caso estudado e refletir sobre suas práticas. Utilizou-se também um diário de campo para registrar os instrumentos utilizados em sala.

Observando a própria vivência e o relato de outros professores, viu-se que a oralidade e a socialização eram os aspectos de maior dificuldade no caso de estudo. Detectou-se que uma abordagem gradual que auxiliou a superar sua dificuldade de interação e expressão oral.

Várias práticas já utilizadas por outras professoras que resultaram em sucesso foram levadas em consideração para compreender o histórico do aluno, mas o fator de maior importância foi a reflexão sobre a prática do próprio professor, a utilização de estratégias que desenvolvam essas habilidades e o impacto positivo ou negativo em sala de aula.

As práticas que o levaram a comunicar-se mais em sala e exigiram que ele levasse as opiniões dos outros em consideração colaboraram para seu crescimento e o fizeram evoluir, foi fundamental a exposição gradativa do aluno, primeiro com fantoches, vídeos, pequenos fragmentos de texto e opinião, para que só depois ele conseguisse se expressar frente a todos com clareza. Portanto os aspectos que favorecem as práticas são a reprodução oral da escrita, investindo no lúdico para tal finalidade. O relato de vivências e o estímulo para expressar-se frente a todos, respeitando seu tempo.

Sabe-se que a constante introdução de novas técnicas impede que o aluno sinta-se em uma desgastante rotina. Enfatizar suas qualidades auxilia sua autoestima e cria uma ligação de confiança entre professor e aluno. A turma também tem papel fundamental neste processo, que é sempre novo e sempre diferente.

A reflexão da prática é de extrema importância para o professor que deve sempre analisar sua prática, levando em conta que questões só surgem a partir da constante revisão que parte da prática e retorna sempre a ela.

Isolando todos os aspectos externos da vivência externa docente, a busca por novos métodos de ensino auxiliam positivamente nos processos de aprendizagem. Essa busca só se dará quando o docente despertar para sua função que além de pedagógica é social, pois a despeito de tudo que não funciona corretamente, o professor ainda pode buscar o novo, o diferencial e ser recompensado com o pleno aprendizado do aluno.

## 8. REFERÊNCIAS

- \_\_\_\_\_. Diagnóstico diferencial dos transtornos abrangentes de desenvolvimento. In: CAMARGOS JÚNIOR, Walter et al. **Transtornos invasivos do desenvolvimento: 3º milênio**. Brasília, DF: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Fixa Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: MEC, 1996.
- \_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes para Educação Especial na Educação Básica**. Brasília, DF, 2001.
- \_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Especial. **Estratégias e orientações para a educação de alunos com dificuldades acentuadas de aprendizagem associadas às condutas típicas**. Brasília, DF, 2002. Disponível em: <portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/livro10.pdf>. Acesso em: 21 mai. 2015.
- \_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Especial. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em: 19 mai. 2015. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº948, de 9 de outubro de 2007.
- Albano, E.C. (1990). **Da fala a linguagem tocando de ouvido**. Martins Fontes. São Paulo.
- BRASIL, Constituição (1988). **Constituição: República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico.
- BRASIL, Ministério da Justiça/CORDE. **Declaração de Salamanca e Linhas de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: MJ/CORDE, 1994.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Marcos Políticos-Legais da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**/ Secretaria de Educação Especial.- Brasília: Secretaria de Educação Especial,- 2010.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: adaptações curriculares: estratégias para a educação de alunos com necessidades educativas especiais**. Brasília, DF: MEC/SEF/SEESP, 1999.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução n. 4, de 2 de outubro de 2009**. Institui Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica. Brasília, DF, 2009a. Disponível em: <portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004\_09.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2015.
- BRAUN, P; DIAS, V. L.; SILVA; V. A. A inclusão do aluno com deficiência auditiva na classe regular: reflexões sobre a prática pedagógica. In: GLAT, Rosana (Org.) **Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

BOSA, C. Autismo: atuais interpretações para antigas observações. In: BAPTISTA, Cláudio Roberto; BOSA, Cleonice (Org.). **Autismo e educação: reflexões e propostas de intervenção**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

CARVALHO, R. E. **Escola inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico**. Porto Alegre: Mediação, 2010.

\_\_\_\_\_. Metodologia de estudo de caso e inclusão educacional escolar. In: \_\_\_\_\_. **Escola inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico**. Porto Alegre: Mediação, 2008.

COUDRY, M.I. **O diário de narciso**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

CORREIA, José Alberto (1990). **Escola, novas tecnologias e mercado de trabalho em Portugal**. In: Aprender. Portalegre: n-11.

CUNHA, E. **Autismo e inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família**. Rio de Janeiro: Wak, 2009.

DE BASTOS DELFRATE C, de OLIVEIRA SANTANA AP, DE ATHAÍDE MASSI G. **A aquisição de linguagem na criança com Autismo: um estudo de caso**. Psicologia em Estudo 2009;14(3):21-331. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=287122123013>>. Acesso em: 9 jul 2015.

DYSON, A.(2001). **Dilemas, contradicciones y variedades en la inclusión**. En M.A. Verdugo Alonso; F.J. Jordán de UrríesVega(Ed.): *Apoyos, autodeterminación y calidad de vida* (pp. 145-160). Salamanca: Amarú.

EVANS, P. Algumas implicações da obra de Vygotsky na educação especial. In: DANIELS, H. (Org.). **Vygotsky em foco: pressupostos e desdobramentos**. Tradução de Mônica Saddy Martins e Elisabeth JafetCestari. Campinas, SP: Papyrus, 1994.

JOSÉ, E. A.; COELHO, M. T. **Problemas de Aprendizagem: Série Educação**. 12ª edição. Editora Ática. 2008 São Paulo.

MESQUITA, W. S; PEGORARO, R. F. Diagnóstico e Tratamento do Transtorno Autístico em Publicações Brasileiras: Revisão de Literatura. **Journal of the Health Scienses Institute**, São Paulo, v. 31, n.3, p. 324-329, jul./dez. 2013.

SÁNCHEZ, P. A. **A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: um meio de construir escolas para todos no século XXI**. *Revista da Educação Especial* 8-18, out 2005.

SANTANA, A. P. **A linguagem na clínica fonoaudiológica: implicações de uma abordagem discursiva**. *Revista Distúrbios da Comunicação*, vol. 13(1): 161-174, 2001.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 5.ed. Rio de Janeiro: WVA, 2004.

\_\_\_\_\_. **Como chamar as pessoas que têm deficiência**. São Paulo: RNR, 2003.

SECUNHO, C. F.. Características psicológicas dos portadores da Síndrome de Asperger. In: CAMARGOS JÚNIOR, Walter et. al. **Transtornos invasivos do desenvolvimento: 3º milênio**. Brasília, DF: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE, 2005. IN: SILVA, E. C. S. **A prática pedagógica na inclusão educacional de alunos com autismo**. 2011. 168f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

SILVA, E. C. S. **A prática pedagógica na inclusão educacional de alunos com autismo**. 2011. 168f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

VIGOTSKI, Lev Semenovich. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

## 9. APÊNDICES

### 9.1. Apêndice A- Roteiro de Entrevistas



#### ROTEIRO PARA ENTREVISTA

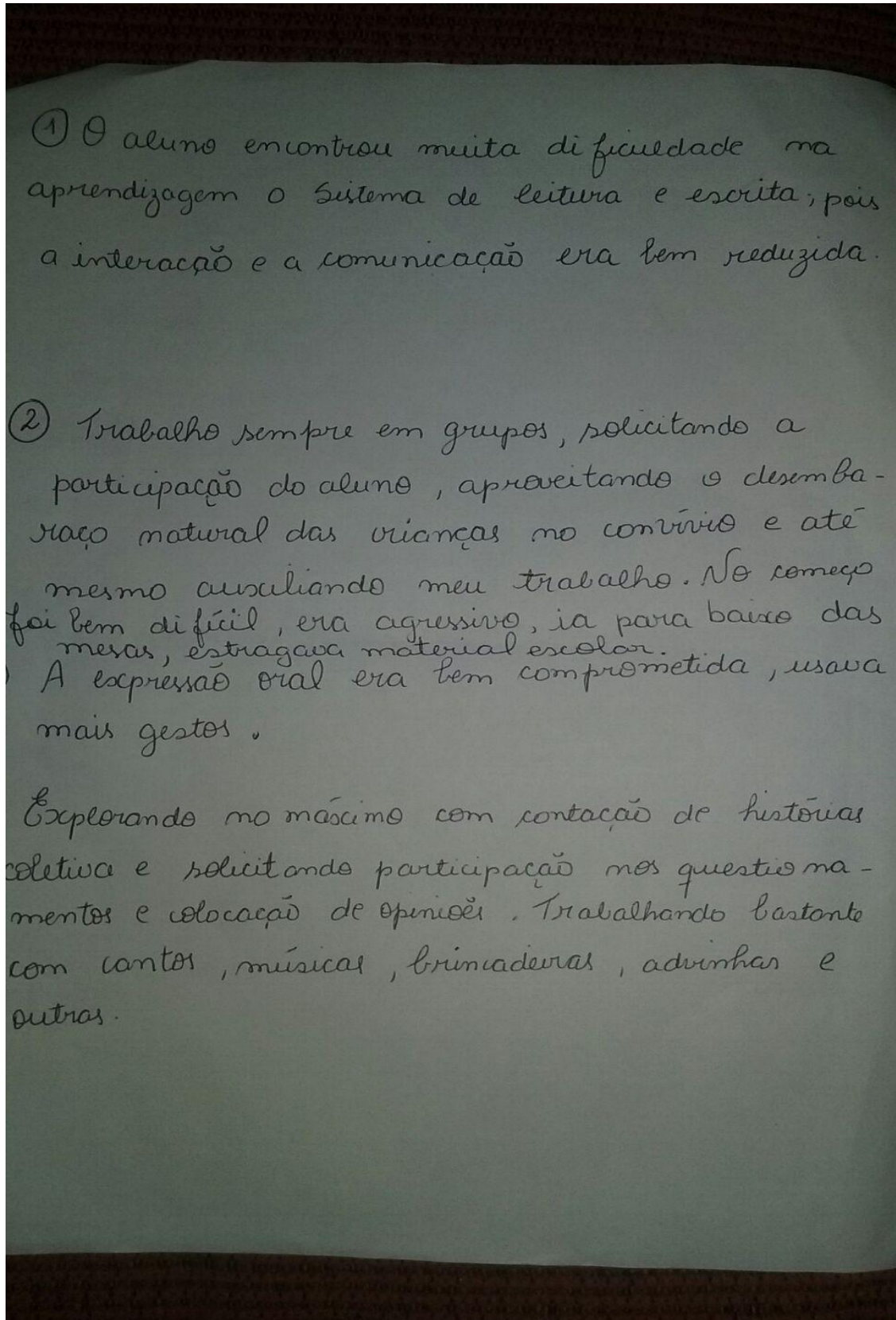
(As questões destinam-se a investigar o desenvolvimento do aluno em anos anteriores através do relato de suas ex-professoras)

Questões:

- 1- Como você descreveria o processo de alfabetização do aluno?
- 2- Como se deu a socialização do aluno?
- 3- Como ocorreu o processo de oralidade do aluno? Que dificuldades ele apresentou?
- 4- Que estratégias foram usadas para superar essas dificuldades?
- 5- Como você avalia o processo de comunicação do aluno ao decorrer do ano?
- 6- Você apontaria algum outro método que não conhecia anteriormente e acredita que hoje seria um instrumento que auxiliaria o desenvolvimento da oralidade do aluno?
- 7- Como foi a abordagem da turma em relação aos momentos em grupos e discussões orais do aluno?



### 9.2.1. Apêndice B- Fragmentos da Entrevista Professora A

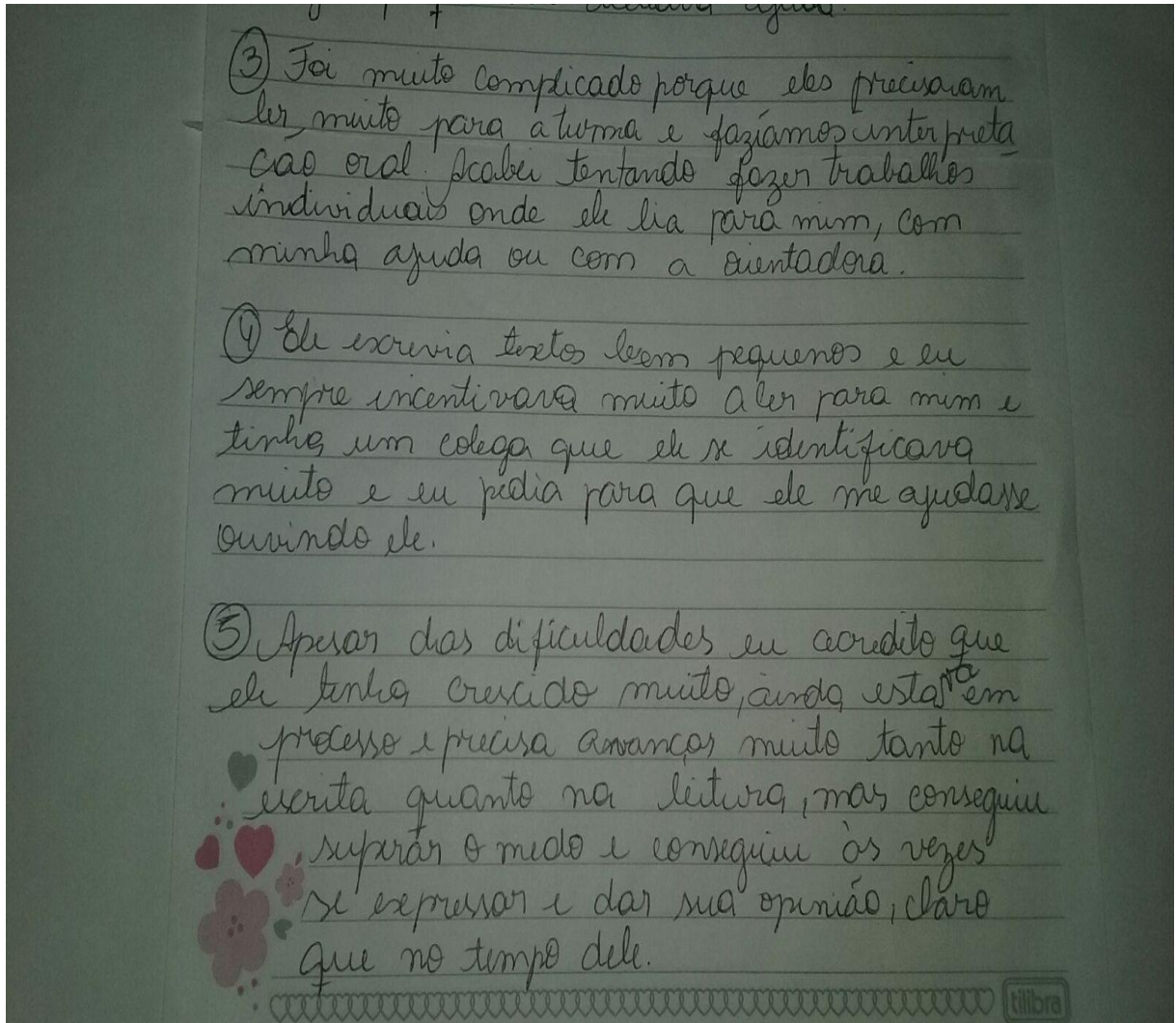


### 9.2.2. Apêndice B- Fragmento da Entrevista Professora B

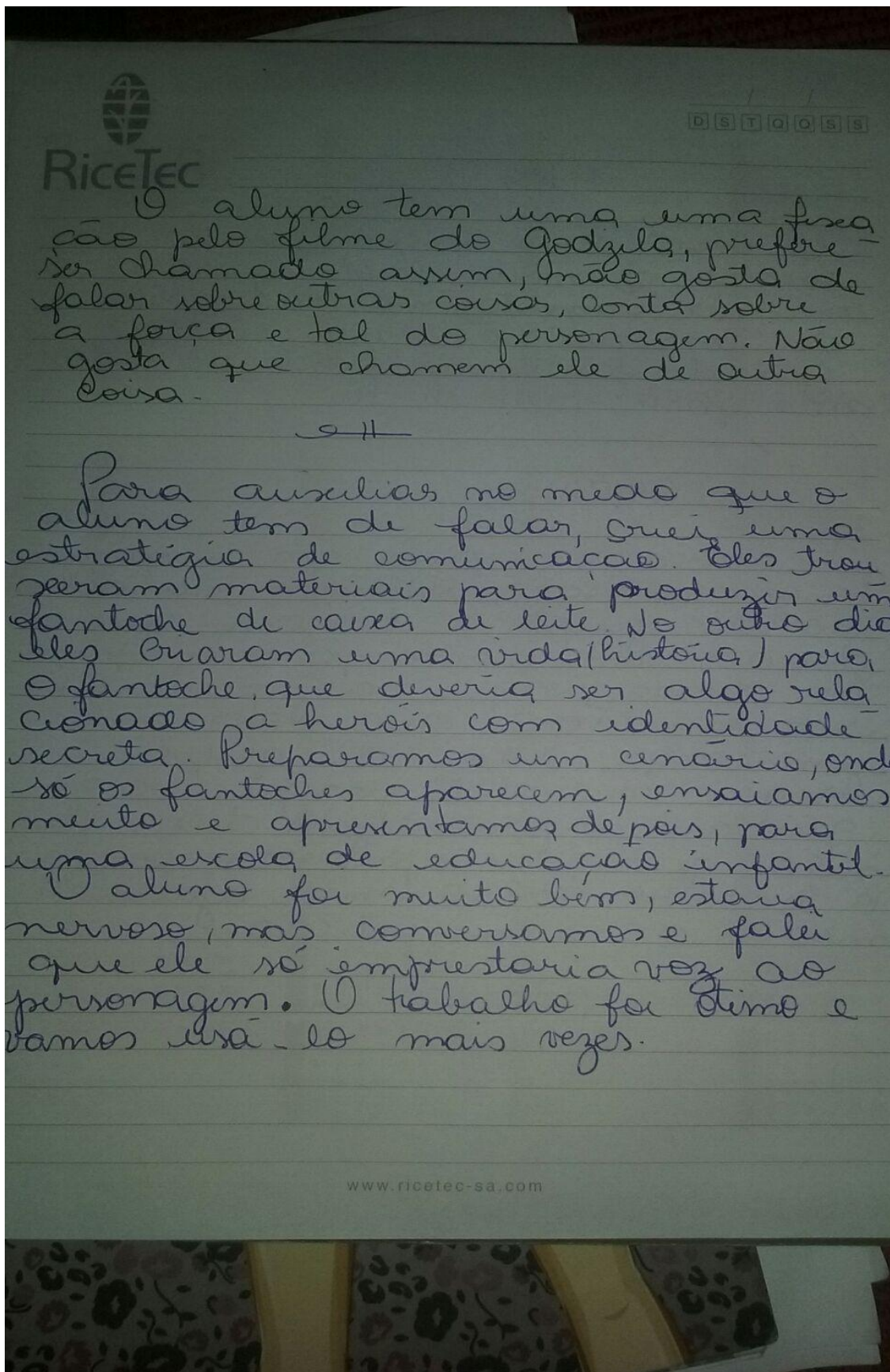
⑥ Todas as técnicas conhecidas por mim foram empregadas algumas com mais êxito que outras, a exemplo da audição de histórias do cotidiano do aluno frente a exploração da oralidade através da música. A primeira forma de trabalho apresentou mais resultados positivos que a segunda.


⑦ A turma sempre mantém uma postura de respeito e acolhimento ao aluno, todas as vezes que ele vai se manifestar a turma escuta atentamente e alguns alunos tentam ajudá-lo quando percebem alguma dificuldade de expressão.

## 9.2.3. Apêndice B- Fragmento da Entrevista Professora C



## 9.3. Apêndice C- Fragmentos do Diário de Observação




DSTOCS  
**Ricetec** As avaliações foram bem tranquilas, o aluno demora um tempo bem maior que os outros, mas consegue responder às questões. O único problema é que ele quer que eu corrija cada questão na hora que ele completa. Mas, esforça-se muito e consegue bons resultados.

—

Já que o aluno tem dificuldade em falar ao grande grupo, um pouco porque sua fala apresenta erros e ele se envergonha e também porque não gosta de trabalhar com muitos colegas. Inventei um trabalho onde cada um criava uma história sobre sua vida daqui a vinte anos filmar de maneira individual, cada um contando sua história e aqueles que podiam me mandavam a filmagem feita em casa. Depois nos reunimos para dar os vídeos e comentar.

O aluno ficou muito contente com o trabalho e adorou se ver ao lado dos colegas, ele disse que participou de um programa de TV.

—

#### 9.4. Apêndice D- Fotografias do Momento Atividades do Recreio



### 9.5. Apêndice E- Fotografias do Momento Leitura Teatralizada



## Apêndice F- Fotografias do Momento Trabalho com Fantoches

